

“Esverdeando” a política agrícola

» FLÁVIA CAMARGO DE ARAÚJO
Agrônoma, integra o Programa de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA)

» RAUL SILVA TELLES DO VALLE
Advogado, também é membro do Programa de Política e Direito Socioambiental do ISA

Uma das razões que levaram à destruição de quase toda a Mata Atlântica e de grandes porções do Cerrado e da Floresta Amazônica foi o descompasso histórico entre as políticas agrícola e ambiental. Enquanto a primeira focou os aspectos econômicos e técnicos, induzindo ao aumento constante de produção agropecuária sem levar em consideração os limites ou condicionantes ambientais, a segunda tentava impor, sem sucesso, alguns limites.

Por isso, o setor agropecuário é hoje o principal responsável pelas altas taxas de desmatamento dos biomas brasileiros, ao mesmo tempo em que acumula grande passivo ambiental nas áreas já consolidadas, onde poucas são as unidades produtivas que mantêm integralmente conservadas as áreas protegidas pela legislação florestal, desde pelo menos 1934. No confronto entre a política agrícola e a ambiental, ganhou a mais estruturada e atrativa economicamente.

Esse foi o pano de fundo do processo de revogação do Código Florestal, substituído, há um ano, pela Lei Federal nº 12.651/2012. Ela reduziu as exigências de proteção à vegetação nativa, sobretudo aos que já a haviam desmatado — legal ou ilegalmente — até 2008. O agricultor familiar que, antes disso, desmatou ilegalmente uma beira de rio poderá ganhar um certificado de regularidade ambiental protegendo apenas cinco metros de “mata ciliar”. Já seu vizinho, também pequeno agricultor, por haver respeitado a lei e protegido integralmente a mata ciliar, só terá o certificado se mantiver uma faixa mínima de 30 metros de floresta na beira do mesmo rio.

A nova legislação acabou premiando os que apostaram contra a lei e, por consequência, puniu quem, ao conservar as áreas por ela protegidas, garantiu à sociedade a oferta de serviços ambientais (produção de água, controle de pragas, regulação do clima etc.). Isso significa não só a condenação de áreas ambientalmente importantes atualmente degradadas, mas, se nada for feito, um estímulo a novas derrubadas ilegais. Não por acaso, o desmatamento na Amazônia e no Cerrado voltou a subir, invertendo a tendência dos últimos cinco anos.

Para sair desse caminho vicioso, é fundamental encontrar meios de compatibilizar a política agrícola e a florestal, fazendo com que, pela primeira vez, uma reforça a aplicação da outra. Propostas existem, e já estão na mesa do governo federal.

Uma delas prevê a inclusão de prêmios,



no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), aos pequenos produtores que produzem em bases sustentáveis. O programa permite ao poder público comprar diretamente, sem licitação, alimentos produzidos por agricultores familiares para abastecer creches, asilos e hospitais. O PPA tem 10 anos de existência e vem adquirindo cada vez mais importância no meio rural. Em 2012, desembolsou R\$ 838 milhões para 185 mil agricultores familiares de todo o país.

Pela proposta, os agricultores que conservarem devidamente suas áreas protegidas, ou seja, não tiverem “áreas rurais consolidadas” (eufemismo criado pela nova lei para denominar pastagens e plantações situadas em áreas que deveriam ser protegidas) poderão vender seus produtos a um preço até 20% superior ao recebido pelos demais produtores. Se, mesmo tendo áreas irregularmente desmatadas no passado, decidirem restaurá-las, receberão um prêmio de 5% enquanto estiverem no processo.

A proposta já recebeu o apoio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), mas, para ser colocada em prática, precisa do aval dos seis ministérios que compõem o grupo gestor do PAA.

Se essa e outras propostas similares forem viabilizadas, teremos um novo cenário para a agricultura no país e, mais, para a política ambiental brasileira. Hoje, a agricultura familiar responde por 70% dos empregos no campo, 40% da produção agrícola total e 60% dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros, embora ocupe apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários.

Se formos capazes de fazer que as políticas direcionadas a esse importante público sejam coerentes entre si, ou seja, sinalizem claramente que o respeito ao meio ambiente é um valor a ser levado em consideração na implementação das políticas de apoio à produção agropecuária, a agricultura entrará, finalmente, no século 21.

O mesmo que vender terreno na Lua

» CARLOS CHIATTONE
Hematologista, diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular (ABHH), professor da Faculdade de Medicina da Santa Casa de São Paulo

No Brasil, os bancos de sangue de cordão privados têm alimentado um comércio baseado em propaganda enganosa, uma vez que vendem a ideia de que é possível salvar vidas no futuro. Não existe justificativa para armazenar o sangue de cordão umbilical para uso autólogo, ou seja, células-tronco do sangue de cordão do próprio indivíduo transfundido para ele mesmo. Sangue de cordão não é seguro de vida.

As células-tronco hematopoéticas, que dão origem às células do sangue, são encontradas principalmente na medula óssea — por isso, esses transplantes são também chamados de transplantes de medula óssea. Existem, de forma simplificada, dois tipos deles: o que é feito com células-tronco da própria pessoa (autólogo) e o realizado com células-tronco de outra pessoa (alógeno).

Como é necessária a compatibilidade entre o doador e o paciente, o doador é procurado primeiro entre os familiares. Há uma chance em torno de 25% de se encontrar parente compatível. Se não houver familiar compatível, o doador é procurado em registros nacionais e internacionais de pessoas voluntariamente cadastradas. Essa é uma via dispendiosa, demorada, e os resultados nem sempre são satisfatórios.

Células-tronco hematopoéticas podem também ser obtidas do sangue de cordão umbilical. Diferentemente das obtidas da

medula óssea, têm a vantagem de poder ser transplantadas sem que haja uma completa semelhança entre o paciente e o doador. Portanto, é muito útil que existam bancos públicos de células-tronco hematopoéticas de cordão umbilical.

Entretanto, aí mora um perigo. Há dois tipos de situações: uma são os bancos públicos de sangue de cordão umbilical, que armazenam células-tronco hematopoéticas para fins de transplante alógeno. Seu único propósito é disponibilizar células de cordão umbilical para transplante como alternativa ao uso da medula óssea, cuja obtenção, no caso de doador não aparentado, é muito difícil e custosa.

Quem opta por armazenar o material em um banco público está doando sangue do cordão umbilical. Esse material poderá ser utilizado por qualquer pessoa que necessitar. Portanto, qualquer um que necessite de células-tronco para transplante e não tenha doador na família pode obter essas células no banco público.

A outra situação é o caso de bancos privados de sangue de cordão umbilical, em que o sangue do recém-nascido é guardado para possível utilização nele próprio, na eventualidade de futura doença. Nesse caso, seria um transplante autólogo. Como no sangue de cordão a quantidade de células-tronco hematopoéticas é pequena, o transplante

autólogo se limita a receptores de até 40-50kg, fazendo uso de sua única amostra armazenada.

Não se cogita o emprego do transplante autólogo em doenças congênitas, uma vez que todas as células do paciente apresentam o mesmo genoma. É o caso da leucemia, por exemplo, principal causa de câncer em crianças, a mais citada como argumentação dos bancos privados com os pais, como forma de prevenção à saúde. Mas a utilização do próprio sangue de cordão para o transplante dessa criança será inútil. Trabalhos na literatura médica demonstram que a carga genética para a leucemia já se encontra presente desde o nascimento.

Até o momento, outras indicações para o uso terapêutico do sangue de cordão umbilical são meramente especulativas e é prematuro imaginar que haja benefícios no tratamento de doenças degenerativas.

A Comunidade Europeia tem se posicionado contra a coleta de sangue de cordão umbilical para uso autólogo, sendo a prática proibida em países como França e Espanha. No Brasil, o poder econômico dos bancos de sangue de cordão privados impede melhor controle pelos órgãos governamentais, permitindo divulgações distorcidas do assunto dentro dos hospitais e por parte da imprensa. Banco privado de sangue de cordão é o mesmo que vender terreno na Lua.



ARI CUNHA

DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Político é você!

O Brasil vive um momento interessante. É bom que se registre para o futuro. Condenados pelo Supremo no caso do mensalão legislam livremente na Comissão de Constituição e Justiça. Pastor impõe sua visão estreita e preconceituosa no comando da Comissão de Direitos Humanos. Comissão de Meio Ambiente é presidida por parlamentar a favor de plantar cana-de-açúcar na Amazônia Legal para “estimular a produção de biocombustíveis”. Temos uma costa de 8 mil km e importamos peixe da China para pagar mais barato. A China quer tomar conta das terras daqui também. Está de olho na produção de soja. Temos um rebanho respeitável e o quilo da carne pode chegar a mais de 10% do salário mínimo. A terra produtiva neste país gigante pela própria natureza não é suficiente para que os alimentos custem menos. Pelo contrário. O dólar sobe e os preços dos alimentos produzidos aqui, também. As distâncias são enormes. Não há estradas decentes nem trilhos para transitar a produção. Temos talentos nos esportes, na música, no teatro, nas artes plásticas, mas sempre enaltecemos os de fora. Nossos cientistas não aguentam os maltratos do governo. Mas, cá entre nós, os políticos não têm culpa de nada disso. O grande responsável pelo descompromisso com as próximas gerações chama-se voto mal dado. (Circe Cunha)

» A frase que foi pronunciada

“Até aqui, podemos garantir que temos a instituição mais transparente de todos os parlamentos na América do Sul.”

Renan Calheiros, durante o lançamento do novo Portal da Transparência do Senado.

Reforço

» Depois de vir à tona o problema dos controladores de voo no Brasil, a Aeronáutica poderá reforçar o quadro funcional com pelo menos mais 100 profissionais. Os cargos foram criados pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado. O texto não sofreu mudanças na Câmara, o que acelerou o processo.

E o cordão...

» Prossegue sem explicação a bajulação aos dirigentes da Fifa pelas autoridades brasileiras. Desta vez, a iniciativa partiu do vereador Reis (PT), de São Paulo, que propôs, e foi aceita por seus pares, a entrega do título de Cidadão Paulistano ao dirigente máximo da entidade, Joseph Blatter.

Federal

» Ao federalizar os crimes cometidos contra jornalistas, colocando a Polícia Federal nas investigações, o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional espera que a onda de assassinatos à classe diminua em todo o país. Só nos últimos dois anos, 10 casos de mortes podem estar relacionados a profissionais da informação.

Alimento

» Parlamentares que integram a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado concordam que a merenda escolar fora do período letivo é fundamental para a continuidade da dieta dos alunos, principalmente para aqueles matriculados na educação básica da rede pública.

Rolos

» O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, anunciou que nos próximos meses vai importar 50 milhões de rolos de papel higiênico. Depois de 14 anos da chamada revolução bolivariana, e em pleno vigor do socialismo do século 21, chegou a hora.

De Brasília

» Pedro Lucena e Raphaella Alves lançaram o site Boteco FC. Lá, os torcedores poderão se inteirar sobre os bares em que haverá transmissão de jogos de futebol.

Valores

» Para quem quiser calcular quanto vale seu apartamento, os sócios da empresa Odds&Actions do DF, Erick Damasceno e Leonardo Aguirre, apresentam a ferramenta. Conheça o serviço inédito e gratuito no endereço www.oddsactions.com.br.

» História de Brasília

O movimento de rebeldia contra a mudança da Cidade Livre está se desfazendo por si só. O sr. Orestes Cunha Bastos não está mais na ofensiva, o sr. Martinho Guimarães será substituído na presidência da Associação Comercial, e cada vez mais os que batem palmas vão ficando sozinhos. (Publicado em 17/6/1961)